

Avaliação e Política Institucional:¹ Estudo dos indicadores "Qualificação Docente" na avaliação das "Condições de Oferta de Cursos"

JOSÉ CARLOS ROTHEN*

Resumo: O trabalho é uma contribuição à discussão das implicações das avaliações, promovidas pelo MEC, para o Ensino Superior Brasileiro. A análise é construída a partir do ponto de vista de um administrador de uma Instituição de Ensino Superior com diversos cursos, que pretende inferir do grupo de indicadores "Qualificação Docente" na avaliação das "Condições de Oferta de Cursos" elementos para a elaboração de uma política institucional. Com o objetivo de apontar as dificuldades oriundas da não unificação dos critérios de avaliação das comissões, são utilizadas no estudo as planilhas dos cursos avaliados no ano de 1999. No trabalho discute-se as questões: o quê é avaliado? Quais as mudanças que os indicadores induzem? É possível identificar nesses indicadores critérios para elaboração de política institucional global?

Palavras-chave: Avaliação de cursos; Ensino Superior; Qualificação Docente.

Abstract: This paper intends to contribute to discussion of the implications of the evaluations of higher education carried out by the Brazilian Ministry of Education. The analysis is developed from the vantage point of an administrator of an institution which offers a number of undergraduate programs. The purpose is to determine if it is possible to infer from the "Evaluation of Program Conditions" some basic guidelines for the development of institutional policies. With the purpose of pointing out the difficulties stemming from the diverse criteria used by the evaluation commissions, tables referring to the evaluations of 1999 were used. The paper discusses questions such as the following: What is being evaluated? What changes are induced by the indicators? Is it possible to identify in these indicators some criteria for elaborating a global institutional policy?

Key words: Program Evaluation; Higher Education; Teacher Qualification.

O sistema educacional brasileiro, a partir da segunda metade da década de 90, passa por intenso processo de avaliação conduzido pelo Ministério da Educação (MEC). A "avaliação tem um papel social a ser explicitado no contexto do debate sobre os destinos da universidade brasileira, no presente e no futuro".² Este trabalho pretende contribuir para a discussão das implicações das avaliações para o Ensino Superior Brasileiro.

1 Trabalho apresentado originalmente na 24a Reunião da Anped. GT 11 Política de Educação Superior.

* Mestre em filosofia, doutorando em Educação pela Unimep, professor das Faculdades Integradas Maria Imaculada e da Faculdade Santa Lúcia.

2 Isaura Belloni, A função social da avaliação institucional in José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff (orgs.) Universidade desconstruída; avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000. p. 38.

Este estudo tem as seguintes hipóteses de trabalho: as avaliações propostas pelo MEC pretendem induzir mudanças nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras; as avaliações fazem parte do núcleo da política governamental para o Ensino Superior³; e esta política é implantada através de ações pontuais. Este texto irá explicitar as idéias que um administrador de uma Instituição, que oferece vários cursos, poderia buscar no Grupo de indicadores “Qualificação Docente” da “Avaliação das Condições de Oferta” para elaborar uma política institucional. Serão discutidas as questões: o quê é avaliado? Quais as mudanças que os indicadores de qualidade induzem? É possível identificar critérios para elaboração de políticas institucionais globais nos indicadores propostos?

1. Fundamentação Legal e precedentes históricos

As experiências de avaliação sistemática do Sistema Universitário iniciam no Brasil na década de 80 com o “Programa de Avaliação da Reforma Universitária” (PARU 1983-6) e com experiências de universidades como da UnB e da Unicamp.⁴ Essas experiências inspiraram o “Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras” (PAIUB), o qual concilia avaliação interna com externa, tendo como princípio que o papel da avaliação é prioritariamente emancipatório⁵. O PAIUB apesar de ainda existir formalmente está renegado a um segundo plano pelo MEC. O atual processo de avaliação do Sistema Universitário brasileiro, segundo o MEC,

“tem como suporte, principalmente, os dispositivos legais contidos na Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, que instituiu a realização anual de exames nacionais de cursos; no Decreto 2.026, de 10 de outubro de 1996, que estabeleceu procedimentos de avaliação de cursos e instituições de ensino superior; e na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, lei de diretrizes e bases da educação nacional”.⁶

Ao apresentar em ordem cronológica a LDB, principal lei da educação brasileira, uma Lei e um Decreto o MEC iguala a importância delas. A LDB e a Lei 9.131/95 apenas prevêm que é de responsabilidade do MEC avaliar o Ensino

3 Sobre a atual política do ensino superior veja de João dos Reis Silva Jr. e Valdemar Sguissardi. Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção. Bragança Paulista, EDUSF. 1999.

4 Sobre as experiências Brasileiras veja de Isaura Belloni, A função social da avaliação institucional, de José Dias Sobrinho, Avaliação institucional na perspectiva da Integração in José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff (orgs.) Universidade desconstruída; avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000 e José Dias Sobrinho, Avaliação Quantitativa. Avaliação Qualitativa: Interações e ênfases. in Valdemar Sguissardi.(org.) Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas/SP: Autores Associados, 1997. Sobre experiências em outros países veja, Almerindo Janela Afonso Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000. p. 62-85.

5 Sobre avaliação emancipatória veja Almerindo J. Afonso, Avaliação educacional p. 123-5.

6 BRASIL, MEC: Secretaria De Educação Superior. Avaliação das condições de oferta de curso de graduação: relatório síntese-1998. Cópia eletrônica (Word). 1998. p. 2.

Superior e em um Decreto, que não necessita de aprovação do Congresso Nacional, são encontrados os procedimentos da avaliação, evitando assim a discussão sobre esses procedimentos.⁷ O artigo primeiro do Decreto 2026/96 prevê:

O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:

I. análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;

II. avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

III. avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos;

IV. avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento.

A avaliação dos programas de mestrado e doutorado antecede ao Decreto e é de responsabilidade da CAPES; o decreto apenas mantém o que já está consolidado. A avaliação do desempenho global ocorre a partir do “censo anual do ensino superior”.

O desempenho individual das instituições (inciso II) e da avaliação do ensino de graduação (inciso III) ao serem operacionalizados reduzem-se à avaliação dos cursos de graduação. A redução da avaliação institucional à avaliação de curso, é entendida, aqui, como fruto da concepção de Estado Avaliador⁸ adotado pelo MEC e pela sua estratégia de implantar um sistema de avaliação sem discutir o modelo “ideal” de universidade.⁹

2 - Instrumentos de Avaliação

A discussão dos instrumentos de avaliação, a serem utilizados na avaliação dos cursos de graduação no Brasil, inspira-se na experiência da avaliação dos cursos de pós-graduação e dos projetos de pesquisa a serem financiados por agências de fomento à pesquisa. Cláudio de Moura Castro afirma que os processos de

7 Tancredo Maia Filho, Orlando Pilatti e Sheyla Carvalho Lira, dirigentes do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no artigo intitulado O Exame nacional de cursos, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: Inep, maio/ago 1998. v. 79 n. 192, p. 78-79 ao apresentarem o marco legal da avaliação do Sistema Universitário também igualam as duas leis e o decreto.

8 Sobre o Estado Avaliador veja de Almerindo J. Afonso *Avaliação educacional* p. 49-51.

9 Sobre divergências de modelos de universidade veja de Valdemar Squissardi *Diferenciação e diversificação: marcas da política de educação superior no final do século in, Valdemar Squissardi (org) Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. Outro indício dessa não preocupação é o fato das planilhas de avaliação dos cursos que ocorreram em setembro e outubro de 2000 só estarem disponíveis a partir da segunda metade de setembro/2000.

avaliação se iniciam após as grandes guerras quando os recursos para pesquisa diminuíram e as agências públicas começaram a exigir a avaliação das instituições e que este processo teve sua origem nas agências militares.¹⁰ Castro identifica duas vertentes de avaliação: a por pares e a que se utiliza de critérios quantitativos, como a bibliometria e a cientometria.

Na “Avaliação das Condições de Oferta”, apesar de ser uma avaliação por pares, as duas vertentes estão presentes, mas priorizam-se os aspectos quantitativos. A avaliação dos cursos por pares ocorre na autorização de funcionamento¹¹, no reconhecimento e no momento em que são avaliados pelo “Exame Nacional de Cursos”. As visitas de avaliação seguem roteiro e indicadores de qualidade predefinidos. Os instrumentos utilizados na “Avaliação das Condições de Oferta” são diferentes dos utilizados para a autorização e reconhecimento de curso. Uma das diferenças é o aspecto tecnológico. A planilha da “avaliação das condições de oferta” é informatizada: ao inserir-se uma avaliação específica são feitos automaticamente todos os cálculos para atribuição dos conceitos, diminuindo a possibilidade dos examinadores fazerem aproximações.

Outra diferença consiste que na avaliação da “autorização e do reconhecimento de curso” é atribuído um único conceito global que vai de “D” a “A”; e na “avaliação das condições de oferta” são atribuídos conceitos finais para três grupos de indicadores:

*“qualificação de seu corpo docente, sua organização didático-pedagógica e suas instalações. Os conceitos definem as condições, em cada uma dessas dimensões, como muito boas, boas, regulares ou insuficientes”.*¹²

Em um estudo de “Meta-Avaliação” seria pertinente comparar as planilhas para avaliação da autorização e reconhecimento com as de avaliação das “Condições de Oferta”, como o seria a comparação entre esta e a proposta do PAIUB.¹³

Aqui se optou por analisar o grupo de indicadores “Qualificação do Corpo Docente” nas planilhas das “Condições de Oferta”. Foram tomadas as planilhas dos cursos avaliados no final de 1999 e início de 2000 por estarem essas disponíveis, no momento do estudo, no *site* do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). Os cursos são os de Economia, Engenharias Mecânica e Química (as co-

10 Cláudio de Moura Castro. A questão da qualidade. . In, Cláudio Castro de Moura e Simon Schwatzman & (org.) Pesquisa universitária em questão. Campinas; Editora da Unicamp; Ícone Editora, São Paulo; CNPq, 1986.

11 As Universidades e os Centros Universitários não são avaliados na implantação de cursos.

12 BRASIL, MEC Secretaria De Educação Superior. Avaliação das condições de oferta de curso de graduação: relatório síntese –1998, p. 1. Essa atribuição de conceitos diferentemente do “Provão” dificulta a elaboração de ranking.

13 Veja da Comissão Nacional de Avaliação, Documento básico avaliação das universidades brasileiras: uma proposta nacional. Brasília, 1993. Documento em Word www.inep.gov.br. Sobre Meta-Avaliação veja de Sônia Maria Duarte Grego. A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão in, Valdemar Sguissardi.(org.) Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.

missões dos dois cursos das Engenharias utilizam a mesma planilha), Jornalismo, Letras, Matemática e Medicina.

As planilhas eletrônicas para avaliação foram construídas no programa “Microsoft Access”. Em todas as planilhas são encontrados os três grupos de indicadores citados acima, contudo, dentro de cada grupo há variação dos indicadores escolhidos e dos critérios de avaliação.

Segundo o “relatório síntese de 1998”,

O trabalho foi desenvolvido dentro de uma metodologia comum a todas as áreas. Os procedimentos e instrumentos de avaliação, no entanto, respeitaram a diversidade e especificidades das seis áreas de cursos abrangidas.¹⁴

Na “Avaliação das Condições de Oferta”, apesar de ser uma avaliação por pares, priorizam-se os aspectos quantitativos

De maneira geral as planilhas têm a seguinte estrutura: a) dados de identificação da instituição; b) para cada indicador são apresentados os quesitos necessários para obter o conceito (de “D” a “A”); c) ao final de cada grupo de indicadores é apresentado o resumo das avaliações, o conceito final e a ponderação entre os indicadores no cálculo desse conceito; d) espaço para os avaliadores indicarem os pontos fortes e fracos do curso e sugestões; e) há um “arquivo/ajuda” com orientações sobre o que observar.¹⁵

Considerando a grande quantidade de indicadores, a diversidade de critérios de avaliação das comissões e o objetivo deste estudo utilizou-se os seguintes procedimentos: a) agrupar os indicadores apresentados nas diversas planilhas por proximidade; b) construir os seguintes quadros: o peso do indicador na avaliação do grupo, o que é necessário para obter-se os conceitos “C” e “A” em cada indicador por curso, separações encontradas nos diversos indicadores e a ponderação entre os quesitos de cada indicador;¹⁶ c) identificar o que se elege em cada indicador como importante para uma política institucional, d) apontar as dificuldades que a diversidade de critérios implica na elaboração de uma política institucional; e) apontar mudanças na construção dos indicadores; f) examinar o peso dos indicadores na avaliação do grupo.

3. Indicador “Titulação”

Na avaliação da titulação as comissões das Engenharias, de Jornalismo e de Medicina separam os docentes das disciplinas básicas e profissionais. Para as

14 BRASIL, MEC: Secretaria De Educação Superior. Avaliação das condições de oferta de curso de graduação: relatório síntese –1998, p.4.

15 O arquivo/ajuda é acessado na planilha através do ícone “ajuda”

16 veja quadro anexos

comissões de Jornalismo e Medicina cada item é um indicador de qualidade. Essa opção sugere a concentração uniforme de mestres e doutores nas duas áreas (básica e profissional).

A comissão de Jornalismo cria indicador específico para avaliar a existência de pelo menos 50% dos docentes com o título de especialista para atribuir o conceito "A" e de pelo menos 20% para atribuir o conceito "C". Esse baixo índice de especialistas exigido para o conceito "A" indica que para essa comissão os cursos de pós-graduação não são fundamentais.

Para a comissão das Engenharias os quesitos (docentes das áreas "básica" e "profissional") somados à experiência profissional fazem parte do mesmo indicador, sendo mais valorizados os docentes das disciplinas profissionais (peso 1 e 2). Essa ponderação consolida o preconceito corrente nos cursos técnicos em relação às disciplinas básicas. Nesse curso a não titulação do corpo docente pode ser compensada pela experiência profissional; assim ela não é valorizada como aspecto importante para a qualidade do curso, mas apenas como compensação à falta de titulação.

As comissões de Letras, Matemática e Engenharias fazem ponderação entre os títulos, sendo a das Engenharias a que mais valoriza o título de doutor. As de Jornalismo e de Medicina não valorizam esse título, enquanto a de Economia considera importante que apenas os cursos com conceito "A" tenham doutores. Poder-se-ia afirmar que a não valorização ou pouca valorização do título de doutor é justificável pela falta de doutores na área, contudo, parece não haver estudo que confirme esta afirmação.

As comissões das Engenharias, Letras e Matemática calculam o conceito para esse indicador a partir de uma fórmula que atribui pesos diferentes conforme a titulação, calculado o "Índice de Qualificação do Corpo Docente" (IQCD). O peso nos cursos de Letras e Matemática é o mesmo, e das Engenharias somente o peso para o doutor é maior. Supondo que todos os docentes tenham a mesma titulação, há um acréscimo de 100% no IQCD na passagem da graduação para a especialização, de 50% da especialização para o mestrado e de 33% do mestrado para o doutorado. No caso das Engenharias, de 66% do mestrado para o doutorado. Essa ponderação permite que o avanço institucional no processo de qualificação docente seja significativo na avaliação.

A análise desse indicador sugere a um administrador contratar docentes com o título de mestres e a estimular o seu corpo docente a obter esse título; ao elaborar um plano de carreira, incluir grande diferenciação salarial entre o docente mestre e o não titulado; e implantar política para que tanto os docentes das disciplinas básicas como os das profissionais sejam titulados. A não uniformidade na ponderação entre os títulos de mestre e doutor dificulta a definir qual deva ser a valorização do título de doutor.

4. Indicador "Experiência no magistério e profissional"

As comissões divergem sobre a importância da experiência docente. Comissões como as das Engenharias não avaliam a experiência no Magistério Superior e avaliam a experiência profissional como um quesito da titulação, ou comissões como de Economia avaliam a experiência no magistério superior e a estabilidade docente na Instituição. Os critérios de definição do tempo para se considerar adequada a experiência não segue nenhuma padronização: a comissão de Economia estabelece como adequado 2 anos, a de Letras, 3 anos, a de Matemática, 5 anos, a de Jornalismo cria uma escala de 5 a 10 anos para experiência no magistério superior e 2 anos para a experiência profissional; e a de Medicina usa uma escala de 5 a 15 anos para a experiência profissional.

A porcentagem de docentes que tem de atender o critério de cada curso também é discrepante. Para obter o conceito "C", por exemplo, a comissão de Economia exige 40%, a de Jornalismo 50% e a de Matemática 30%.

A heterogeneidade dos critérios sugere que eles são definidos de maneira aleatória. A definição objetiva do tempo mínimo de experiência é complicada, como o é também a avaliação do grau da contribuição desta para qualidade das atividades docentes, contudo a falta de um critério unificado dificulta a um administrador definir uma política global de valorização da experiência no magistério e profissional.

A estabilidade do corpo docente proposta pela comissão de Economia poderia ser estendida aos outros cursos, pois o conhecimento mútuo dos docentes, da realidade local e institucional eleva a qualidade do curso. Esse aspecto evitaria que instituições utilizassem o artifício de trocar o corpo docente para atender aos indicadores.

Esse indicador sugere a seguintes políticas: a) ter como critério para contratação de docentes a experiência no magistério superior, b) manter a estabilidade no corpo docente; c) considerar o tempo no magistério na progressão da carreira docente.

5. Indicador "Adequação da Formação Docente às Disciplinas Ministradas"

Este item traz a questão de se saber qual o critério para definir a adequação do docente à disciplina. Nos "arquivo/ajuda" de Jornalismo, Letras, Matemática e Medicina, a adequação é definida como "a correspondência entre as disciplinas sob responsabilidade do docente e o currículo do docente quanto à titulação e produção científica." Nos cursos de Letras e Matemática, encontra-se ainda a seguinte orientação: "adequado o docente que tenha graduação ou pós-graduação

stricto sensu na área das disciplinas que ministra”; no curso de Medicina o complemento: “considera-se adequado o docente que tenha Graduação, Residência, Especialização ou Pós-graduação *stricto sensu* ou experiência na área das disciplinas que ministra”. Essa orientação é ambígua, pois não há clareza se a titulação é fator determinante na adequação ou não. A possível interpretação de que a titulação seria um fator de adequação é um equívoco, pois a titulação é avaliada

em outro indicador e é possível existirem docentes não titulados com experiência profissional em uma área técnica e um docente titulado não.

No Curso de Jornalismo, “considera-se adequado o docente que tenha, no mínimo, graduação em Jornalismo ou que tenha registro profissional de jornalista”, sendo apenas avaliada a adequação às disciplinas técnicas.

Havendo um docente que não seja “adequado”, o conceito será “D”. Isto demonstra o desprezo pelas disciplinas auxiliares e que a preocupação da comissão parece ser a de manter o cooperativismo da profissão.

Apesar da importância desse indicador, nos cursos de Economia e Engenharias ele não é considerado. Esse fato parece ter a sua origem na pouca discussão sobre esse indicador, demonstrando a necessidade de discussões interdisciplinares sobre quais indicadores de qualidade devem ser utilizados.

Nesse indicador está implícito que a formação acadêmica, a experiência profissional e a produção científica são indicadores de qualidade se estiverem vinculados às disciplinas que o docente leciona. Sintetizando as concepções, aqui se propõem que adequado é quando houver “a correspondência entre as disciplinas sob responsabilidade do docente e o currículo do docente quanto” à formação acadêmica e/ou “produção científica” e/ou “experiência na área das disciplinas que ministra”.

Como em alguns cursos esse indicador está presente e em outros não, torna-se difícil ao administrador propor critérios uniformes para a atribuição de aulas para a Instituição como um todo, contudo isto sugere que um dos critérios para contratação e atribuição de aulas seja a adequação docente à disciplina.

6. Indicador “Dedicação ao curso”

As comissões têm grandes divergências sobre o indicador “Dedicação ao curso”. Na de Economia ou de Jornalismo, por exemplo, para obter-se o conceito “A” a exigência é de que 30% dos docentes tenham dedicação integral, enquanto que nos cursos das Engenharias a exigência para obter-se o conceito “C” é de que

45% dos docentes (da área profissional) tenham dedicação integral. Assim, a mesma política de contratação para esses cursos pode gerar o absurdo de os cursos de Economia e de Jornalismo serem avaliados com “A” e os das Engenharias com “D”. Assim, a dedicação do docente aos cursos de Economia e de Jornalismo é menos importante que para os das Engenharias.

Outra divergência consiste na possibilidade de o docente lecionar e desenvolver atividades em diversos cursos. A comissão das Engenharias não delimita o tempo mínimo para que as atividades docentes sejam realizadas no curso, contudo faz distinção entre as áreas básicas e profissionais (peso 1 e peso 2 respectivamente); as comissões de Economia e Matemática exigem que 50% da carga horária seja destinada exclusivamente ao curso; a de Letras exige 80%, a de Medicina 85% e a de Jornalismo 100%. A exigência de dedicação ao curso nas comissões de Economia e Matemática é razoável. A viabilidade de que docentes lecionem e desenvolvam atividades em diversos cursos permite que a instituição desenvolva atividades interdisciplinares, evitando o isolamento dos cursos e facilitando a vivência universitária. É importante ressaltar que atividades conjuntas de docentes de vários cursos deveriam ser interpretadas como dedicação ao curso avaliado. A opção das Engenharias em não delimitar grau de exclusividade ao curso e atribuir um peso maior à dedicação dos docentes das disciplinas profissionais, apesar de realçar a importância das disciplinas profissionais, induz que haja docentes de outros cursos, por exemplo, de Matemática, com dedicação parcial e/ou integral lecionando nos cursos das Engenharias, e que sejam os docentes da área profissional, que normalmente lecionam apenas nesses cursos, estimulados a desenvolverem atividades extraclasse. Em sentido contrário a opção da comissão de Jornalismo exige o isolamento do curso.

Aqui se entende a dedicação parcial ou integral como indutor do aumento da qualidade do curso, contudo isto não pode levar ao seu isolamento. A exigência de dedicação exclusiva ao curso pode inviabilizar economicamente o seu atendimento em cursos com poucas turmas.

A ponderação entre dedicação integral e parcial também não é uniforme. No curso de Letras a relação é de 5 para 4 docentes e nos de Matemática e de Medicina só há exigência de dedicação integral para obter o conceito “A”, para os outros conceitos não há ponderação. Nesse caso é interessante para a Instituição contratar um grande número de docentes com dedicação parcial. Enquanto que nos cursos de Economia e de Jornalismo o peso é diferenciado conforme o conceito (2 para 1 para o conceito “C”, 4 para 1 para o conceito “B” e para o conceito “A” apenas aceita-se a dedicação integral). Essa diferenciação somada ao fato de se ter baixa exigência para obter-se o conceito “A” (30% com dedicação integral) sugere que nesses cursos é suficiente ter um pequeno grupo de docentes que se dediquem integralmente ao curso.

No curso de Jornalismo, para obter o conceito “A” é necessário 30% de docentes com dedicação integral; para o conceito, “B” 15% com dedicação integral ou 60% com dedicação parcial. Dessa maneira, um curso que tenha 60% dos seus docentes com dedicação parcial (conceito “B”) terá o mesmo custo de um curso que tenha 30% com dedicação integral (conceito “A”). A passagem do conceito “B” para o conceito “A” não usa a idéia de progressão gradual. Esses dados apontam para a questão de saber se é melhor ter muitos docentes em dedicação parcial ou poucos em integral.

A falta de uniformidade na ponderação entre a dedicação integral e parcial dificulta a definição, por um administrador, de quantos docentes serão contratados para cada regime de dedicação. Aqui se entende que a ponderação proposta pela comissão das Engenharias (peso 5 para dedicação integral, peso 3 para parcial e peso 1 para outros) é equilibrada, por valorizar instituições que contratam docentes com dedicação integral e ao mesmo tempo permite que exista um grande número de docentes com dedicação parcial, viabilizando o desenvolvimento de projetos e a formação de equipes.

As comissões de Jornalismo, Letras e Medicina também avaliam a porcentagem de docentes exercendo atividades acadêmicas extraclasse; segundo o “arquivo/ajuda”, todos os docentes que tiverem carga horária maior que o número de hora/aula serão considerados como tendo atividade extraclasse. Esse indicador premia os cursos que apesar de não terem docentes com dedicação parcial ou integral, contratam os docentes não apenas para lecionar.

7. Indicador “Produção Científica”

O período em que é avaliada a produção científica varia de 2 anos (curso de Economia) até 5 anos (curso de Matemática). Excluindo a comissão de Medicina, que avalia a média de produção/docente/ano, todas as comissões avaliam a produção científica pela porcentagem de docentes que tiveram produção científica no período. Provavelmente em cada uma das áreas a que pertencem os cursos analisados deve haver diferença na média de publicações por docente, contudo não se justifica a discrepância no período em que são consideradas as publicações.

A comissão das Engenharias iguala em valor a produção científica com o desenvolvimento de projetos ligados às atividades docentes. Nesse indicador aparece novamente a distinção entre docentes das disciplinas básicas e das disciplinas profissionais. O peso da produção acadêmica e profissional dos docentes das disciplinas básicas é maior. Comparando esse indicador com os indicadores “Titulação” e “Dedicação ao Curso” tem-se o paradoxo de exigir dos docentes das disciplinas básicas maior produção e das disciplinas profissionais maior titulação e dedicação ao curso.

A comissão de Jornalismo avalia a produção científica em dois indicadores: “produção científica” e “produção jornalística”. Comparando o indicador “dedicação ao curso” com o indicador “produção científica” observa-se que para obter-se o conceito “A” é necessário que 30% dos docentes tenham dedicação integral e uma publicação nos últimos 3 anos. Há coerência também entre o indicador “produção jornalística” e o indicador “experiência profissional”, pois para obter o conceito “A” é exigido que 50% dos docentes das disciplinas técnicas tenham mais de 5 anos de experiência na área e 30% dos docentes tenham pelo menos 5 produções jornalísticas nos últimos 3 anos. Nos dois casos fica claro que o bom corpo docente para esse curso é formado por docentes que atuam como jornalistas.

No curso de Economia, a produção científica também é dividida: apresentação de trabalho ou participação como debatedor em congressos, e produção científica. A exigência de participação dos docentes em congressos é coerente com a exigência da dedicação de docentes ao curso; para obter o conceito “A” é necessário que 30% dos docentes apresentem trabalhos em congressos, porcentagem que é igual à exigida para obter-se o conceito “A” no indicador “dedicação ao curso”; para obter o conceito “C” a exigência é de 10%, porcentagem inferior à exigência a “dedicação ao curso” (15%). No indicador “produção científica”, é exigido que não apenas os docentes com dedicação parcial ou exclusiva publiquem

As comissões divergem sobre a importância da experiência docente.

Há divergência em relação à avaliação da apresentação de trabalhos em congressos. A comissão de Economia ressalta a importância da participação, criando um indicador para isso, enquanto que a comissão de Medicina atribui menor peso a trabalhos publicados em anais de congressos que a outras produções. As outras comissões avaliam a participação em congressos, desde que o trabalho seja publicado em anais. Isso levaria uma Instituição a incentivar os docentes de Economia a participarem de congressos e a desestimular a participação dos docentes de Medicina.

Somente a comissão de Medicina faz ponderação em relação ao tipo de publicação, sendo o maior peso a publicação de artigos em revistas internacionais (3,5) e o menor peso em anais de congresso (0,5).

Ao analisar a exigência de publicações/docente/ano para obter o conceito “A” observam-se grandes discrepâncias. Supondo que os docentes do curso de Medicina publiquem apenas artigos em revistas nacionais, estes têm que publicar 10 vezes mais que o docente de Matemática, ou 4 vezes mais que o de Jornalismo, ou 1,4 vezes mais que o das Engenharia, ou 1,6 vezes mais que o de Economia, ou igual ao de Letras. Supondo que um docente, que leccione Língua Portuguesa em todos os cursos, publique 1 artigo a cada 2 anos, ocorrerá que na maioria dos

cursos ele colabora para a obtenção do conceito “A” e no curso de Letras, atrapalha.

Os dados, nesse indicador, sugerem que na política institucional seja exigida do docente com dedicação parcial/integral produção científica e/ou desenvolva projetos.

8. Indicador “Valorização Docente”

A maioria das comissões, ao avaliarem a valorização do corpo docente, exigem a presença de uma política de capacitação implantada; em alguns casos é exigida a previsão de investimentos e em outros não. A comissão de Medicina não utiliza esse indicador. Apenas a comissão de Matemática prevê, além do plano de capacitação, outros critérios, a saber, produção científica (sic), plano de carreira e remuneração.

Entende-se aqui que na avaliação do curso de Matemática a produção científica e o plano de carreira deveriam estar separados em dois indicadores. A produção científica pode ser considerada resultado da capacitação, mas não faz parte da política de “valorização docente” da instituição. Na avaliação, a ausência do programa de capacitação implica no conceito “D”, podendo ocorrer que uma Instituição não tenha esse programa, mas tenha um plano de carreira muito bem elaborado que valorize o docente e mesmo assim obtenha o conceito “D”.

Outro aspecto problemático na avaliação de Matemática consiste no fato de avaliar o salário docente levando à questão de se saber o que seria um salário suficiente. O “arquivo/ajuda” indica que seja usada a média salarial da região, contudo é difícil para os avaliadores saberem qual é a média salarial, dado esse que não é de obrigação da Instituição fornecer. Assim, ou esse item não pode ser avaliado ou a comissão deverá definir o valor de uma remuneração suficiente.

No geral, as comissões valorizam a presença no plano de capacitação da previsão de apoio à participação em cursos de pós-graduação (algumas consideram apenas o apoio a curso de pós *stricto sensu* e outros também à especialização), participação em eventos científicos e em cursos de aperfeiçoamento pedagógico (a de Jornalismo insere o estágio em instituições jornalísticas). A de Economia insere também o incentivo a visita a outras instituições e a existência de docentes visitantes.

9. Indicador: “Plano de Carreira”

No geral, as comissões exigem um plano de carreira que preveja que a progressão docente se dê por titulação e produção científica. A de Medicina exige apenas a titulação; a de Jornalismo insere o termo produção técnica na área de

jornalismo; a das Engenharias exige também a experiência profissional e resultados de avaliação interna; a de Matemática o tempo de serviço; a de Economia exige também que esteja presente como critério de progressão a experiência profissional e de magistério. Nota-se que a comissão de Economia coloca como critério diferenciado para avaliação dos planos de carreira docente uma prática comum nas Universidades Federais: titulação e concurso.

Era de se esperar que as exigências das comissões para os planos de carreira fossem coerentes com o restante dos indicadores, contudo não o são. Por exemplo, na avaliação de Economia tem-se o indicador "Tempo de Docência no Curso" e ao indicar os dados que devem constar no plano de carreira esse indicador é ignorado pela comissão.

10. Indicador "Administração Acadêmica"

No geral as comissões avaliam titulação, experiência na área e dedicação ao curso do seu coordenador. No item titulação as comissões de Economia e Jornalismo exigem no mínimo mestrado, a das Engenharias faz afirmação vaga quanto à adequação da formação acadêmica ao curso; a de Letras exige titulação mínima de especialista para o conceito "C" e de doutor na área para o conceito "A"; a de Matemática exige a de mestre na área para o curso de licenciatura e de doutor na área para o curso de bacharelado; e a de Medicina, de especialista para o conceito "C" e de mestre na área médica para o conceito "A". Nesse item, são encontradas duas divergências entre as comissões: a primeira é de qual é a titulação mínima para o coordenador de curso, e a segunda, se a titulação deve ser obrigatoriamente na área ou não. Nessa divergência considera-se aqui como razoável que a titulação mínima seja a de mestre na área ou em área afim, pois isso indicaria que aquele que coordena as atividades possua sólida formação acadêmica.

A comissão de Matemática, ao exigir titulação menor para o coordenador do curso de licenciatura, reforça o preconceito em relação às licenciaturas. É estranho não exigir que o coordenador tenha experiência no ensino fundamental e médio. A formação do bacharel sendo diferente da do licenciado é inadequada à exigência do mestrado na área, se o coordenador for mestre em educação matemática o curso obtém o conceito "D".

Em relação à dedicação do coordenador para obter-se o conceito "A" todas as comissões a exigem integral. Assim, as comissões entendem que a coordenação deve estar sempre presente no "dia-a-dia" dos cursos.

Em relação à experiência docente, as comissões de Economia e Jornalismo exigem 4 anos de experiência docente na área, as de Letras e Matemática, 5 anos, a de Medicina exige experiência acadêmica de 10 anos e a das Engenharias não exige.

A comissão das Engenharias exige que existam órgãos colegiados que influam nas decisões tomadas; a de Matemática exige que haja também um órgão colegiado específico do curso. Essa exigência parece ser importante, pois com a possibilidade do fim dos departamentos e com a tendência de que a organização das Instituições seja por cursos, pode ocorrer que em várias Instituições não existam colegiados em que se tomem as decisões "locais", contudo estas divergências dificultam a definição, para um administrador, em que nível deve ser constituído os órgãos colegiados.

11. Indicador "Relação Docente/Aluno"

As comissões, excluindo a comissão de Jornalismo, não consideram relevante a quantidade de alunos e a carga horária dos cursos, ou por não utilizarem esse indicador na avaliação ou pelo baixo peso do indicador no cômputo da avaliação final. Como nesse indicador está implícita a avaliação da carga horária do curso e o tamanho das turmas, é mais apropriada a sua presença no grupo "organização didática e pedagógica".

Esse indicador premia instituições que adotem a política de manter salas maiores nos primeiros anos e menores nos últimos, por entender que seu lucro está nas salas de primeiro ano. Esta distorção seria corrigida ao definir-se um limite do tamanho das turmas. Sem essa restrição, a simples adoção de uma política de contratação por tempo parcial e integral implica em conceito superior a "D".¹⁷

Este indicador sugere a um administrador que aumente o número de horas/aulas de cada curso, diminua o tamanho das turmas e tenha controle rígido para que os alunos desistentes cancelem a matrícula.

12. Indicador "Relação Graduação-Pós-Graduação"

A comissão de Jornalismo é a única a avaliar a relação entre pós-graduação e graduação. Esta avaliação ainda é tímida, pois apenas avalia positivamente o fato de alguns docentes ministrarem disciplinas em cursos de pós-graduação (20% para o conceito "A" e 5% para "C"). A ausência desta avaliação na maioria dos cursos é interpretada aqui como fruto da dicotomia existente entre o ensino e a pesquisa.

13 Avaliação do Grupo de indicadores "Qualificação do Corpo Docente"

A avaliação final desse grupo de indicadores segue três critérios: o utilizado pelas comissões de Letras e Matemática atribui valores para os conceitos "A" (5

¹⁷ Relação aluno docente = (Total de alunos matriculados X 40)/(total da carga horária docente)

pontos), “B” (3), “C” (2) e “D” (0) e utilizando a mesma fórmula (soma dos valores ponderados dividido pela soma dos pesos) chega a um valor ao qual, através de uma tabela, é atribuído um conceito. Nota-se que a Instituição que obtenha conceito “C” em todos os quesitos é avaliada com o conceito “Condições Regulares” (CR).

O segundo, adotado pela comissão das Engenharias, é parecido com o anterior, com a diferença de atribuir 4 pontos para o conceito “A” e os conceitos finais serem gerados por uma tabela que utiliza como critério a porcentagem da nota máxima.

No terceiro critério atribui-se o conceito conforme a porcentagem de conceitos “A”, “B” e “C” obtidos. O conceito atribuído a cada indicador tem peso diferenciado. O curso não necessita obter conceito mínimo em todos os indicadores (“C” para Economia e Jornalismo e “B” para Medicina), o que pode levar à desconsideração de alguns deles.

Aqui se entende o primeiro critério como o mais razoável, pois sugere às instituições que tenham políticas de investimentos em todos os indicadores de qualidade; e que é inviável a um administrador tanto utilizar as planilhas para comparar o desempenho dos cursos mantidos, como compreender o resultado que um curso obteve, pois as comissões utilizam nomenclaturas e critérios diferentes para atribuir o conceito final

Os indicadores, nos três critérios, têm peso diferenciado no cálculo do conceito final. Na comissão de Economia, por exemplo, o indicador “Titulação” tem peso 40% e o “Plano de Carreira” 5%. Algumas comissões estipulam nota mínima em um indicador como condição para a obtenção do conceito “Condições Muito Boas” (“CMB”). Por exemplo, a comissão de Letras exige “A” em titulação para esse conceito. Ao simular o que seria necessário para uma instituição receber os conceitos “CMB” e “CR”, observa-se que segundo os critérios das comissões são fundamentais os seguintes indicadores, na ordem: “Titulação”, “Dedicação ao Curso” e “Produção Científica”.

Apesar de os indicadores “Plano de Carreira” e “Plano de Capacitação” terem pequeno peso na avaliação, são eles os instrumentos para implantação de uma política institucional de longo prazo. A partir dos indicadores de qualidade, um plano de carreira teria que ter os seguintes tópicos: a) progressão funcional se dê por titulação, produção científica, experiência profissional e experiência no magistério; b) previsão de contratação por dedicação parcial e integral, tendo como critério: projeto de desenvolvimento de pesquisas e de trabalhos de extensão;¹⁸ c) processo interno de avaliação do resultado dos projetos desenvolvidos; d) processo interno de avaliação do processo de ensino aprendizagem.

¹⁸ Apesar de apenas a comissão das Engenharias avaliar o desenvolvimento de projetos, esse tópico é apresentado aqui devido a LDB prever a extensão como um dos objetivos do sistema Universitário.

O Plano de Capacitação deve conter: a) previsão orçamentária de investimentos; b) política de participação em cursos de pós-graduação; c) política de participação dos docentes em congresso, eventos da área e cursos de atualização e/ou extensão; d) permanência de docentes visitantes (Economia); e) estágio profissional (Jornalismo).

O projeto de capacitação também deve prever: a) existência de uma comissão acadêmica que avalie os pedidos; b) a necessidade de avaliação financeira; c) o prazo para a entrada e o trâmite dos pedidos; d) critérios para avaliação dos pedidos (Cursos - relevância no aperfeiçoamento da prática pedagógica - Congressos - sua importância, dando prioridade aos casos em que será apresentado o trabalho - Pós-graduação - Cursos aprovados pela CAPES, conexão entre a pós-graduação e o curso/disciplina em que o docente atua, tempo de trabalho na instituição); e) tipos de apoio para cursos e congressos (dispensa do ponto, apoio financeiro parcial e total); f) tipos de apoio para pós-graduação (apoio financeiro para pagamento de mensalidades e despesas, aquisição pela biblioteca da instituição da bibliografia a ser utilizada e afastamento remunerado para a fase final de tese/dissertação).

As heterogeneidades dos indicadores estabelecidos pelas comissões geram as seguintes dificuldades: a) a confusão quanto ao que é fundamental para a implantação de uma política institucional; b) a falta de clareza quanto à importância do título de especialista e doutor; c) a determinação do período a ser considerado para experiência docente e sua importância na criação de um plano de carreira para todos os cursos; d) a definição do que é formação adequada à disciplina ao estabelecer critérios uniformes para a atribuição de aulas; e) a indefinição quanto a qual tipo de dedicação deverá ser implantado; f) a dúvida quanto aos critérios para avaliação da produção científica dos docentes da instituição; g) definir os aspectos que devem constar do plano de capacitação; h) o relacionamento das exigências a serem atendidas pelos docentes e o plano de carreira; j) a definição mínima das exigências para administração acadêmica.

Para concluir esse trabalho faço minhas as palavras de Jacques Schwartzman:

*Muito desta situação pode ser explicada pela ausência de políticas educacionais explícitas. Se não se conhece o objetivo que se pretende atingir com o ensino universitário, como se pode construir indicadores para o mesmo?*¹⁹

19 Jacques Schwartzman. Um sistema de indicadores para as Universidades Brasileiras, in, Valdemar Sguissardi.(org.) Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas/SP: Autores Associados, 1997. p.149-174 p.150

Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2000. 149 p.
- BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. in DIAS SOBRINHO, José. RISTOFF, Dilvo (org.) **Universidade desconstruída; avaliação institucional e resistência.** Florianópolis: Insular, 2000. p.37-58.
- BRASIL, MEC: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Avaliação das condições de oferta de curso de graduação: relatório síntese -1998.** Brasília: Mec, Sesu, 1998. Cópia eletrônica (Word).
- CASTRO, Cláudio de Moura. A questão da qualidade. In CASTRO, Cláudio de Moura, SCHWATZMAN, Simon & (org.) **Pesquisa universitária em questão.** Campinas; Editora da Unicamp; Ícone Editora, São Paulo; CNPq, 1986. p. 151-172.
- COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO. **Documento básico avaliação das universidades brasileiras: uma proposta nacional.** Brasília, 1993. Documento em Word.
- DECRETO n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996.
- DIAS SOBRINHO, José, Avaliação institucional na perspectiva da Integração. in DIAS SOBRINHO, José. RISTOFF, Dilvo (org.) **Universidade desconstruída; avaliação institucional e resistência.** Florianópolis: Insular, 2000. p. 59-72
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Quantitativa, Avaliação Qualitativa: Interações e ênfases in SGUISSARDI, Valdemar.(org.) **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas/SP: Autores Associados, 1997. p 71-89.
- GREGO, Sônia Maria Duarte. A avaliação institucional do cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão in SGUISSARDI, Valdemar.(org.) **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas/SP: Autores Associados, 1997. p. 91-121.
- LEI n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- LEI n° 9.131 de 24 de novembro de 1995.
- MAIA FILHO, Tancredo, PILATI, Orlando & LIRA, Sheyla Carvalho. O Exame nacional de cursos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília: Inep, maio/ago 1998. v. 79 n. 192 p. 74-91.
- SCHWARTZMAN, Jacques. Um sistema de indicadores para as Universidades Brasileiras in SGUISSARDI, Valdemar.(org.) **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas/SP: Autores Associados, 1997. p.149-174.
- SGUISSARDI, Valdemar Diferenciação e diversificação: marcas da política de educação superior no final do século in SGUISSARDI, Valdemar (org) **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.
- SILVA, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção.** Bragança Paulista, EDUSF. 1999. 279 p.

Quadros

Quadro 1 Peso da titulação na avaliação do "Corpo Docente"

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
25%	40 %	20%+5%	20%	30%	31,58%

Quadro 2 Separações do indicador titulação

Economia	Não há separação
Engenharia	Disciplinas "básicas" e "básicas e profissionais" (peso 1) Disciplinas "profissionais" ou "básicas e profissionais" (peso 2) Experiência profissional. (peso 1)
Jornalismo	Disciplinas técnicas e não técnicas. Cada um dos itens é considerado um indicador. Há um indicador que avalia se pelo menos 50% dos docentes tem especialização
Letras	Não há separação
Matemática	Não há separação
Medicina	Área básica e Área profissional. Cada um dos itens é considerado um indicador

Quadro 3: Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Titulação".

	C	A
Economia	Pelo menos 30% de docentes mestres	Pelo menos 70% de docentes com título, sendo pelo menos 20% de doutores.
Engenharia	Docentes especialistas e com pouca experiência profissional	Todos os docentes doutores ou número significativo de doutores com alguma experiência profissional
Jornalismo	Mais 20 até 30% de mestres ou doutores	Mais de 50% de docentes mestres.
Letras	Se houver um mestre e todos os outros docentes forem pelo menos especialista	Se houver um grande número de mestres e doutores
Matemática	Se todos os docentes forem pelo menos especialista	Se houver um grande número de mestres e doutores além de 10% dos mestres e doutores forem da área. Esse critério deve ter origem no fato de que há muitos titulados em outras áreas dando aula nesses cursos
Medicina	Para área básica mínimo de 30% de mestres Para área profissional mínimo de 33% de mestres	Área básica mínimo de 80% de mestres Área profissional mínimo de 60% de mestres

Quadro 4: Ponderação entre os títulos

Economia	Somente para obter o conceito A é exigido que se tenha docentes doutores. Exige-se através de um outro indicador que os docentes sejam especialistas.
Engenharia	Graduação: peso 1; Especialista: peso 2; Mestrado: peso 3; Doutorado ou Livre docência: peso 5.
Jornalismo	Apesar da planilha de avaliação omitir esse dado é possível inferir que não há diferenciação entre mestres e doutores e não há ponderação para docentes apenas especialistas e graduados.
Letras	Graduação: peso 1; Especialista: peso 2; Mestrado: peso 3; Doutorado: peso 4
Matemática	Graduação 1; Especialista 2; Mestrado 3; Doutorado 4
Medicina	Não há diferenciação entre mestres e doutores e não há ponderação para docentes apenas especialistas e graduados. No item "Profissionais sem Contrato Docente" é exigido que os profissionais tenham a titulação mínima de especialista.

Quadro 5 Peso da "Experiência no Magistério e Profissional na avaliação do" "Corpo Docente"

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
5%+10%=15%	0%	5%+10%	10%	10%	2,63

**Quadro 6 Separações do indicador
"Experiência no Magistério e Profissional"**

Economia	Experiência no Magistério Superior em qualquer instituição Tempo de docência no curso
Engenharia	Não exige experiência no Magistério Experiência profissional faz parte da avaliação da titulação
Jornalismo	Experiência no Magistério Superior em qualquer instituição Experiência profissional como jornalista
Letras	Experiência no Magistério Superior em qualquer instituição
Matemática	Experiência no Magistério Superior em qualquer instituição
Medicina	No arquivo "ajuda" Igual a Experiência no Magistério Superior com a experiência profissional, e na descrição da planilha diz apenas experiência não acadêmica.

**Quadro 7 Exigência para obter o conceito "C" ou o
conceito "A" no indicador "Experiência no Magistério"**

	C	A
Economia	<ul style="list-style-type: none"> › Mais de 40% do corpo docente acima de 2 até 5 anos em qualquer instituição › Acima de 30% do corpo docente estável 	<ul style="list-style-type: none"> › Mais de 40% do corpo docente acima de 10 anos em qualquer instituição › Acima de 60% do corpo docente estável
Engenharia	Não avalia	
Jornalismo	Mais da metade acima de 2 anos até 5 anos em qualquer instituição	Mais da metade acima de 10 anos em qualquer instituição
Letras	Pelo menos 45% acima de 3 anos de experiência	Pelo menos 65% acima de 3 anos de experiência
Matemática	Pelo menos 30% acima de 5 anos	Pelo menos 50% acima de 5 anos.
Medicina	Avalia junto com a experiência profissional	

Quadro 8 Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Experiência Profissional"

	C	A
Economia	Não avalia	
Engenharia	Avalia no indicador titulação	
Jornalismo	Mais da metade acima de 2 anos para as disciplinas técnicas	Mais da metade acima de 2 anos para as disciplinas técnicas
Letras	Não avalia	
Matemática	Não avalia	
Medicina	25% pelo menos acima de 5 anos	25% Pelo menos acima de 15 anos

Quadro 9 Peso da "Adequação da formação docente às disciplinas ministradas" na avaliação do "Corpo Docente"

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
0	0	5%	15%	15%	10,53%

Quadro 10: Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Adequação da formação docente às disciplinas ministradas"

	C	A
Economia	Não avalia	
Engenharia	Não avalia	
Jornalismo	1 docente não jornalista implica conceito D	100% dos docentes das disciplinas específicas tem que no mínimo ser graduado em Jornalismo ou ser portador do registro profissional de Jornalismo.
Letras	Acima de 65%	Acima de 90%
Matemática	Maior ou igual a 60%	Igual a 100%
Medicina	Maior que 60%	Igual a 100%

**Quadro 11 Peso da "dedicação ao curso"
na avaliação do "Corpo Docente"**

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
15%	20%	15%+5%	10% +5%	20%	25,32 + 2,63 + 2,63=30,58

Quadro 12 Separações do indicador "dedicação ao curso"

Economia	Não há
Engenharia	Disciplinas básicas (peso 1) e profissionais (peso 2)
Jornalismo	Dois indicadores: dedicação e atividades extraclasse.
Letras	Específicas e outras (as duas têm o mesmo peso) Há um indicador para atividades extraclasse
Matemática	Não há
Medicina	Três indicadores: Formula de contratação, número de dias dedicados ao curso e atividades extraclasse.

**Quadro 13: Exigência para obter o conceito "C" ou
o conceito "A" no indicador "dedicação ao curso"**

	C	A
Economia	Até 15% em dedicação integral ou 30% em dedicação parcial	30% em dedicação integral
Engenharia	45% com dedicação integral na área profissional	83% em dedicação integral na área profissional. Ou 65% profissional e 40% básica
Jornalismo	Até 15% em dedicação integral ou 30% em dedicação parcial	30% em dedicação integral
Letras	39% com dedicação parcial ou 26% com dedicação integral	82% dedicação parcial ou 62% dedicação integral
Matemática	50% com dedicação parcial	70% com dedicação e com pelo menos 10% com dedicação integral
Medicina	50% dedicação integral ou parcial	80% dedicação integral

Quadro 14: Tempo que pode ser dedicado a outros cursos

Economia	50%
Engenharia	Não prevê
Jornalismo	A dedicação tem que ser todo ao curso de Jornalismo
Letras	20%
Matemática	50%
Medicina	15%

Quadro 15 Ponderação entre dedicação integral e parcial

Economia	Para o conceito "A" é aceito apenas integral, para o conceito "B" a relação é de 4 para 1, para o conceito "C" a relação é de 2 para 1.
Engenharia	Peso 5 ded. Integral peso 3 ded parc. Peso 1 outra
Jornalismo	Para o conceito "A" é aceito apenas integral, para o conceito "B" a relação é de 4 para 1, para o conceito "C" a relação é de 2 para 1.
Letras	Peso 5 ded. Integral peso 4 ded parc. Peso 1 outra
Matemática	Apenas para o conceito "A" é exigido dedicação integral (10% dos professores), para os outros conceitos não.
Medicina	Apenas para o conceito "A" é exigido dedicação integral (80% dos professores), para os outros conceitos não.

Quadro 16 Peso da "produção científica" na avaliação do "Corpo Docente"

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
15%	20%	10%	10%		2%

Quadro 17 Separações do indicador produção científica

Economia	Dois indicadores: produção científica (10%) e atuaram com apresentadores ou debatedores (5%)
Engenharia	Produção Acadêmica e profissional dos docentes das disciplinas básicas e profissionais Produção Acadêmica e profissional dos docentes das disciplinas profissional e básica
Jornalismo	Dois indicadores: produção científica (5%) e produção jornalística
Letras	Não há
Matemática	Faz parte do indicador Valorização do docente
Medicina	

Quadro 18 Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Produção Científica".

	C	A
Economia	<p>Produção científica: mais de 20% publicaram (artigos, livros etc.) nos últimos dois anos.</p> <p>Participação em congressos: mais de 10% apresentaram trabalhos nos últimos dois anos</p>	<p>Produção científica: mais de 50% publicaram (artigos, livros etc.) nos últimos dois anos.</p> <p>Participação em congressos: mais de 30% apresentaram trabalhos nos últimos dois anos</p>
Engenharia	<p>45% dos docentes das disciplinas básicas terem alguma produção nos últimos três anos ou 85% dos docentes das disciplinas profissionais terem alguma produção nos últimos três anos</p>	<p>85% dos docentes das disciplinas básicas e 45% dos docentes das disciplinas profissionais terem alguma produção nos últimos três anos, ou 85% dos docentes das disciplinas profissionais e 65% dos docentes das disciplinas básicas terem alguma produção nos últimos três anos</p>
Jornalismo	<p>Produção jornalística: Pelo menos um docente com 5 produções jornalísticas publicadas nos últimos três anos.</p> <p>Produção científica. 1 docente com pelo menos uma produção nos últimos três anos</p>	<p>Produção jornalística: Mais de 30% de docentes</p> <p>Produção científica. Mais de 30% dos docentes com pelo menos uma produção nos últimos três anos</p>
Letras	<p>Mais de 20% com 3 ou mais publicações nos últimos três anos.</p>	<p>Mais de 40% com 3 ou mais publicações nos últimos três anos.</p>
Matemática		<p>Satisfatório se pelo menos 20% dos docentes tiveram uma publicação nos últimos 5 anos.</p>
Medicina	<p>0,25 publicação/docente/ano nos últimos três anos</p>	<p>1 publicação/docente/ano nos últimos três anos</p>

Quadro 19: Ponderações da produção científica

Economia	
Engenharia	Disciplinas básicas peso 2, disciplinas profissionais peso 1.
Jornalismo	
Letras	
Matemática	
Medicina	<p>Revistas internacionais indexadas (peso 3,5)</p> <p>Revistas nacionais indexadas (peso 2,5)</p> <p>Livros publicados (peso 2)</p> <p>Capítulo de livros (peso 1,5)</p> <p>Trabalhos em anais (peso 0,5)</p> <p>Trabalhos com mais de um autor são considerados uma vez</p>

Quadro 20 Comparação entre a exigência de publicações.

Comissão	publicação/docente/ano	publicação/docente com dedicação ao curso/ano
Economia	0,25	0,5
Engenharia	0,28 Docentes disciplinas básicas 0,15 disciplinas profissionais	0,33
Jornalismo	0,1	0,33
Letras	0,4	1 (apenas 50% têm que ter produção)
Matemática	0,04	0,04 (apenas 28% têm que ter produção)
Medicina	<p>1,0</p> <p>ou seja,</p> <p>*0,28 artigos em revistas internacionais indexadas</p> <p>*0,4 artigos em revistas nacionais indexadas</p> <p>*0,5 Livros publicados (peso 2)</p> <p>* 0,67 Capítulo de livros</p> <p>* 2 trabalhos em anais</p>	1,25

**Quadro 21 Peso da "Valorização do corpo docente"
na avaliação do "Corpo Docente"**

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
10%	10%	5%	5%	15%	

Quadro 22 Separações do indicador valorização docente

Economia	<p>Execução do Plano de capacitação</p> <ul style="list-style-type: none"> = cursos de pós-graduação strito sensu = participação em cursos de extensão = participação em eventos e/ou programas de visita = permanência de docentes visitantes
Engenharia	<p>Política de qualificação</p> <ul style="list-style-type: none"> = apoio à participação de programas de pós-graduação strito sensu = apoio à participação em eventos científicos = apoio à capacitação didático-pedagógica
Jornalismo	<p>Programa de capacitação com previsão de investimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> = cursos de pós-graduação stricto e lato sensu = participação em cursos de extensão e/ou atualização profissional e estágios em instituições jornalísticas = participação em eventos nacionais e internacionais
Letras	<p>Programa de capacitação com previsão de investimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> = a) cursos de pós-graduação stricto e lato sensu = b) participação em cursos de extensão e/ou atualização pedagógica. = participação em eventos nacionais e internacionais <p>Separa instituído e efetivamente implantado</p>
Matemática	<ul style="list-style-type: none"> a) Programa de capacitação b) produção científica c) Plano de carreira d) Remuneração
Medicina	Não avalia

Quadro 23: Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Valorização do corpo docente"

	C	A
Economia	Atendimento a 1 item	Atendimento a pelo menos 3 itens
Engenharia	Satisfatório em 1 item	Satisfatório em 3 itens
Jornalismo	Satisfatório em 1 item	Satisfatório em 3 itens
Letras	Algum S em a,b, ou c.	Dois S em a,b, c.
Matemática	Satisfatória em a	Satisfatória em a, b e mais um item.
Medicina		

Quadro 24 Observações do indicador "valorização do corpo docente"

Economia	
Engenharia	Programa de capacitação aprovado Orçamento e planejamento de liberação docente
Jornalismo	
Letras	
Matemática	O plano de capacitação tem de ser formalizado e implantado
Medicina	

Quadro 25 Peso do "Plano de Carreira" da na avaliação do "Corpo Docente"

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
5%	10%	5%	10%		2,63

Quadro 26 Separações do indicador "Plano de Carreira"

Economia	
Engenharia	1 titulação 2- Produção acadêmica e profissional 3 - Experiência profissional 4 Resultados de avaliação interna do desempenho no curso
Jornalismo	
Letras	
Matemática	Avalia no indicador Valorização docente
Medicina	

Quadro 27: Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Plano de Carreira"

	C	A
Economia	Experiência em Magistério superior	titulação acadêmica e produção científica ou técnica e experiência profissional e de magistério superior ou titulação e concurso público
Engenharias	satisfatório em 1 item	satisfatório em 3 itens
Jornalismo	produção científica ou técnica na área de jornalismo	titulação acadêmica e produção científica ou técnica na área de jornalismo
Letras	produção científica	Titulação acadêmica e produção científica
Matemática		Satisfatória se há valorização da titulação, produção científica e o tempo de serviço.
Medicina	outro critério	Titulação

Quadro 28 Peso da "administração acadêmica" na avaliação do "Corpo Docente"

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
10%		5%	10%	10%	2,63%

Quadro 29 Separações do indicador "administração acadêmica"

Economia	
Engenharia	<p>Avalia no grupo "organização didático-pedagógico".</p> <p>Tempo dedicado à coordenação</p> <p>Adequação de formação acadêmica/atividade de condenação</p> <p>Existência e funcionamento de Órgão colegiado</p> <p>Infra-estrutura física e pessoal de apoio administrativo.</p>
Jornalismo	
Letras	
Matemática	<p>Titulação do coordenador – para licenciatura mestre e graduado na área. Bacharelado doutor na área</p> <p>Regime de trabalho (integral)</p> <p>Experiência profissional do coordenador (atividades correlatas com a área ou cinco anos de docência)</p> <p>Colegiado do curso (em funcionamento e participando das decisões)</p>
Medicina	

Quadro 30: Exigência para obter o conceito "C" ou o conceito "A" no indicador "Administração Acadêmica"

	C	A
Economia	Mestre ou doutor em tempo parcial sem experiência acadêmica (quatro anos como docente no curso de Economia) Ou especialista em tempo integral com experiência acadêmica	Mestre ou doutor em tempo integral com experiência acadêmica
Engenharia	Atenda parcialmente as quatro exigências.	Atende 3 das exigências com qualidade superior e 1 uma parcialmente
Jornalismo	Mestre ou doutor em tempo parcial sem experiência acadêmica (quatro anos como docente no curso de Jornalismo) Ou especialista em tempo integral com experiência acadêmica	Mestre ou doutor em tempo integral com experiência acadêmica
Letras	Pós-graduação (stricto ou lato sensu) com de tempo parcial	Doutorado na área, com regime de tempo integral e experiência acadêmica na área (cinco anos de docência).
Matemática	Satisfatória em (a) (titulação) e pelo menos mais um outro item	Satisfatório em todos os itens
Medicina	Pós-graduação stricto sensu em regime integral	Mestre na área médica, tempo integral e experiência acadêmica mínimo 10 anos.

**Quadro 31 Peso da relação docente/aluno
na avaliação do "Corpo Docente"**

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
5%		5%	5%		7,89%

**Quadro 32: Exigência para obter o conceito "C" ou
o conceito "A" no indicador "Titulação".**

	C	A
Economia	15 alunos por turma* ou 3,5 docentes com tempo parcial por turma**	7,5 alunos por turma* ou 9 docentes com tempo parcial por turma
Engenharia		
Jornalismo	15 alunos por turma* ou 3,5 docentes com tempo parcial por turma**	7,5 alunos por turma* ou 9 docentes com tempo parcial por turma
Letras	20 alunos por professor* ou 2 docentes com tempo parcial por turma **	12,5 aluno/por professor ou 4 docentes com tempo parcial por turma
Matemática	Não avalia	
Medicina	Até 6 alunos por professor	Até 4 alunos por professor

* supondo curso com 20 horas aulas semanais e com docentes horistas.

** turmas com carga horária de 20 horas/aula semana e com tamanho médio de 40 alunos e

**Quadro 33 Peso da relação pós-graduação/graduação
na avaliação do "Corpo Docente"**

Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
		5%			

Quadro 34 Peso de cada indicador por comissão

Indicador	Economia	Engenharia	Jornalismo	Letras	Matemática	Medicina
Titulação	25%	40%	10%+10% +5%=25%	<u>20%*</u>	<u>30%</u>	<u>15,79 +</u> <u>15,79 =</u> <u>31,58%*</u>
Experiência no Magistério / profissional	5%+10%= 15%	0%	5%+10%= 15%	10%	10%	2,63
Adequação a disciplina dedicação ao curso	0	0	<u>5%*</u>	15%	15%	
dedicação ao curso	15%	20%	<u>15%**</u> +5%=20%	10% +5% =15%	<u>20%</u>	<u>26,32+2,63</u> <u>+2,63= 30,58*</u>
produção científica	15%	20%	5% +5% =10%	<u>10%</u>		10,53
Valorização do corpo docente	10%	10%	5%	5%	15%	
Plano de Carreira	5%	10%	5%	10%		2,63
Administração acadêmica	10%		5%	10%	10%	2,63%
Relação docente/aluno	5%		<u>5%**</u>	5%		7,89%
Relação pós-graduação/graduação			5%			

* Para obter a avaliação CMB é necessário obter "A" nesse conceito

** Para obter a avaliação CMB é necessário obter "B" nesse conceito

**Quadro 35 Simulação da avaliação necessária
em cada indicador para obter os conceitos
"Condições Muito Boas" (CMB) e "Condições Regulares"**

Comissão	Conceito CMB	Conceito CR	Indicador fundamental
Economia	"A" nos indicadores: Titulação, Experiência no Magistério, dedicação ao curso, produção científica e em um dos outros indicadores.	"C" nos indicadores: Titulação, Experiência no Magistério, dedicação ao curso, produção científica e em um dos outros indicadores.	<ul style="list-style-type: none"> • Titulação, • Experiência no Magistério, • dedicação ao curso, • produção científica
Engenharias	obter o conceito "A" no item titulação e "B" no outros indicadores ou obter o conceito "A" em três indicadores e "B" nos outros dois	obter o conceito "A" em titulação e "C" em um dos outros indicadores ou obter o conceito "C" no indicador Titulação e três "C" nos quatro indicadores	titulação
Jornalismo	Titulação, Experiência profissional, adequação a disciplina (formação específica). dedicação ao curso, e produção científica (acadêmica e profissional) relação docente/aluno e em mais um dos outros indicadores	C" nos indicadores Titulação, Experiência profissional e dedicação ao curso e em mais dois indicadores.	⇒ Titulação, ⇒ Experiência profissional ⇒ dedicação ao curso
Letras	"A" nos indicadores Titulação, Adequação a Disciplina e Dedicção ao Curso e "B" nos outros indicadores,	C" em todos os itens ou dois "A" e um "B" nos seguintes indicadores Titulação, Adequação a Disciplina e Dedicção ao Curso	
Matemática	A" em Titulação e Dedicção ao curso e "B" nos outros indicadores	C" em todos os indicadores ou obter conceito "A" em titulação, "C" em Dedicção ao Curso e em mais um dos indicadores.	Titulação e Dedicção ao curso
Medicina	A" Titulação, Dedicção ao Curso e Produção Científica	"B" nos itens titulação e Dedicção ao curso	titulação Dedicção ao curso